



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0014898-95.2021.6.05.8000
INTERESSADO : @interessados_quebra_linha_maiusculas@
ASSUNTO : Regularidade do Procedimento

PARECER nº 90 / 2021 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para aquisição de dispositivos de automação para testes de integração com sistemas de controle de acesso e registro de ponto eletrônico, bem como protótipos de consulta a eleitor via aplicativo E-título/QR-Code, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 45/2021, documento n.º 1799853.

Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme:

- a. registro em decisão que autorizou a abertura da licitação, documento n.º 1792157;
- b. designação de Pregoeiro e equipe de apoio, documento n.º 1797365;
- c. juntada de cópia da Portaria que designou o Pregoeiro, documento n.º 1799854.

Constam dos autos comprovantes de envio de aviso de licitação para publicação na internet (comprasnet) e no D.O.U., documentos n.ºs 1799856 e 1799876.

Não houve pedidos de esclarecimento relativos a aspectos técnicos do edital ou impugnação ao mesmo.

Consoante ata do pregão anexada foram cumpridas as etapas do procedimento. Finda a etapa de classificação das propostas, deu-se início à etapa competitiva. O modo de disputa foi aberto e fechado. Houve tentativa de negociação. Após, foi realizada a aceitação das propostas foi realizada a habilitação da licitante melhor classificada para os itens 1,2,3,6 e 7.

Verifica-se que a licitação restou deserta para os itens 4 e 5.

De acordo com consulta ao SICAF e demais documentos anexados, verifica-se que a empresa vencedora não possui impedimento de licitar. A ocorrência identificada está limitada ao âmbito do órgão sancionador, Universidade Federal do Piauí.

Aberto o prazo, não houve registro de intenção de recurso.

Deste modo, constata-se a regularidade de todo o procedimento, que se encontra apto à homologação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração declarar desertos os itens 4 e 5 e proceder à convocação da empresa vencedora para os itens 1,2,3,6 e 7, para celebração do contrato, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, e arts. 13, VI e VII, e 48 do Decreto n.º 10.024/2019, bem como de acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico, Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Relatório Final do Pregão.

Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos-Lei 8666/93.

À consideração superior.

Ana Flavia Cerqueira Machado
Analista Judiciário



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado, Analista Judiciário**, em 29/12/2021, às 14:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1810409** e o código CRC **136D6564**.

0014898-95.2021.6.05.8000

1810409v3